

UM ESCÂNDALO DE IGNORÂNCIA FEITO!

Na sua habitual coluna no jornal “Correio da Manhã”, no passado dia 16 de fevereiro, o jornalista barra sociólogo, barra crítico televisivo, barra autor, barra etc... Eduardo Cintra Torres dá conta de um inacreditável escândalo que abala a sociedade portuguesa: o Arquivo da RTP que o estado comprou à empresa por 150 milhões de euros.

Neste artigo o autor informa o público que o Arquivo RTP está neste momento entregue a um grupo de “selvagens” de uma empresa incompetente (sem aspas) que não tem interesse em manter o arquivo que ela própria constituiu, que se encontra por catalogar, e ao qual é incapaz de aplicar as “ciências da preservação documental”.

Poderíamos tentar explicar a ECT os muitos erros factuais e interpretativos em que incorre no seu artigo, mas a verdade é que debater ciências documentais com alguém que domina tanto o léxico e técnica televisiva que chegou a defender em público uma televisão estatal com um quadro de pessoal de 25 pessoas, seria o equivalente científico a debater o existencialismo de Sartre com um analfabeto disléxico ou o expressionismo de Schiele com um talibã estrábico, uma pura perda de tempo!

Não sabemos a origem de tanta “informação” de Eduardo Cintra Torres acerca dos Arquivos da RTP, mas acreditamos que não faltará quem deseje que este rico património saia da esfera pública e da alçada da RTP. Os arquivos não são dos Eduardos, dos Antónios dos Albertos, da Marias ou das Ângelas, são da Rádio e Televisão de Portugal, são de todos nós.

Não deixa de ser, no entanto, surpreendente que um arquivo “degradado de uma empresa incompetente”, tenha servido gratuitamente ECT para bem da sua tese de doutoramento e que alguns destes profissionais «selvagens» tenham efetuado a pesquisa de centenas de registos e permitido dezenas de horas de visionamento de imagens e sons de arquivo para esse fim. Registos esses que, tratados fora das «ciências documentais modernas», foram porventura encontrados pelas capacidades espíritas que estes trabalhadores receberam num qualquer workshop com o Dr. Karamba.

Na RTP um jornalista é um jornalista e não barra qualquer outra coisa, e é por isso que temos como regra uma forma “vintage” de fazer jornalismo, o que implica aquela regra, porventura, desconhecida de ECT, designada por “cross check”. ECT deveria ter procurado outras fontes, para constatar a veracidade de tão “gratuitas” informações.

- Se Cintra Torres tivesse perguntado ter-lhe-íamos explicado que o Arquivo da RTP existe pela vontade de gerações de trabalhadores da rádio e da televisão que, longe de serem «selvagens» ignorantes, foram verdadeiros visionários que, antes de governos e administrações, se aperceberam do valor do que tinham a seu cargo (chegaram a desobedecer a ordens diretas) salvaguardando aquilo que hoje é património cultural identitário de todos. Esses trabalhadores – os que fazem parte do quadro de ativos e outros que já não estão neste Mundo –, poderão desaparecer sem o reconhecimento que lhes é devido mas merecem pelo menos o respeito do “jubilado autor”.

O Arquivo da Rádio e Televisão Pública não existe por lhe ter sido ofertado. O Arquivo existe hoje porque existiu RDP e RTP e quem nela trabalhou e continua a trabalhar.

- Se Cintra Torres tivesse perguntado ter-lhe-íamos explicado que o arquivo fílmico, a que se refere no artigo, é apenas uma ínfima parte do que constitui o Arquivo da RTP que inclui, ainda, um arquivo sonoro de valor incalculável e um arquivo fotográfico único e relevante.

- Se Cintra Torres tivesse perguntado ter-lhe-íamos explicado que o que constitui o valor de qualquer arquivo não é uma película de filme numa caixa metálica guardada num qualquer local, mas a informação que ela contém, que hoje está nessa película mas que amanhã estará num qualquer ficheiro alojado num “qualquer” servidor. Os arquivos, ao contrário de algumas inteligências, evoluem.

- Se Cintra Torres tivesse perguntado ter-lhe-íamos explicado que o arquivo, hoje, ocupa milhares de metros quadrados no Prior Velho, mas amanhã ocupará uma pequena sala com luzes a piscar, e o que importa é a disponibilidade e qualidade dessa informação e não o suporte físico em que ela se encontra. O interesse público dos arquivos da RTP não está nas películas e nas bobines de som que alberga, mas nas imagens e sons que estes contêm, reduzir este debate a filmes, estantes e a sua guarda como ECT faz no seu artigo, é pura ignorância acerca do tema.

- Se Cintra Torres tivesse perguntado ter-lhe-íamos explicado que, ao contrário da sua multidisciplinariedade científica, que parece não ter limites, todos os suportes de registo de filme ou vídeo analógicos ou digitais têm um limite de vida útil e uma degradação física que pode ser atrasada mas nunca cancelada, e que nos arquivos da RTP e nos arquivos de todo o Mundo o que se está a fazer é uma corrida contra o tempo para a digitalização e descrição desse património antes da sua degradação final.

- Se Cintra Torres tivesse perguntado ter-lhe-íamos explicado coisas tão básicas como o facto de que nenhum arquivo audiovisual televisivo do mundo guarda tudo o que é emitido porque em primeiro lugar, nem sequer tem os direitos da tutela desse material e segundo não existiria edifício com capacidade para o albergar, quanto mais orçamento para as milhares de pessoas que tivessem que o descrever, a RTP emite centenas de horas de emissão por dia, e pasme-se o autor parte delas não são guardadas, e o que é guardado obedece a normas estritas de ciência documental aplicadas nos arquivos à décadas e que não são passíveis de interpretações subjetivas.

- Se Cintra Torres tivesse perguntado ter-lhe-íamos explicado outras coisas tão básicas como o facto de que se a RTP tivesse mantido em condições de funcionamento todo o material necessário para a leitura de todos os suportes de áudio, filme e vídeo que foram usados ao longo da história da televisão em Portugal, só o arquivo seria forçado a gastar o equivalente ao total do orçamento da Empresa. Pesar os prós e contras financeiros das operações de digitalização e efetuar contratos de transcrição digital com empresas internacionais especialistas nesse trabalho, guardando depois as cópias digitalizadas e os suportes originais para as quais de facto não existem equipamentos de leitura pelo simples facto de não serem necessários, é um ato de gestão fundamental para a defesa do património público. É assim nos arquivos da RTP e em todo o lado.

- Se Cintra Torres tivesse perguntado ter-lhe-íamos explicado que a compra do arquivo da RTP pelo Estado foi uma operação contabilística, mas que a alternativa poderia ser a execução da RTP e desse património (com o qual diz estar preocupado e do qual se serviu) por um sindicato bancário estrangeiro, e que nem a RTP, nem os gestores do Arquivo foram responsáveis. A refletida conclusão de que os Governos continuam a optar por esconder dívida pública na tesouraria de empresa públicas justifica, também, a história recente da Rádio e Televisão de Portugal.

Nos anos cinquenta Walt Disney após uma visita ao Brasil criou uma personagem chamada Zé Carioca, que representava o típico fura-vidas brasileiro. Anos depois, numa capa de banda desenhada que irritou a ditadura militar, um criador brasileiro representou o jovial papagaio numa rua do Rio de Janeiro cantando horrivelmente versões de samba junto a uma tabuleta que dizia “Dá esmola que eu paro”.

Se Walt Disney fosse vivo e em 2014 visitasse Lisboa, talvez criasse, para nos representar, uma arara flamejante que ao som cacofónico de maracas e adufes, cantasse horríveis versões de fado vadio ao lado de um cartaz onde se lesse, “dá-me um tacho que eu calo-me”.

Para uns seria humilhante... mas noutros assentaria que nem uma luva!

Os Sindicatos Representativos dos Trabalhadores da Rádio e Televisão de Portugal

STT, SJ, SMAV, SINTTAV, FE, SITIC

Lisboa, 18 de fevereiro de 2014